

Antifeminismo no Brasil contemporâneo: entre conceitos e características

Karina Veiga Mottin¹  0000-0002-2431-9599

¹Universidade Estadual do Paraná, Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Centro de Educação em Direitos Humanos, Curitiba, PR, Brasil. 80410-150 – cedh.curitiba1@unespar.edu.br



Resumo: A partir de um referencial pós-estruturalista, o objetivo deste texto é discutir alguns conceitos e características presentes na produção bibliográfica antifeminista no Brasil contemporâneo, expostos nos livros *Feminismo: perversão e subversão* e *Guia de bolso contra mentiras feministas*, ambos de autoria de Ana Caroline Campagnolo. Primeiro, faço um resgate de como ideias antifeministas circularam no Brasil com a popularização das redes sociais e como a publicação dos livros analisados se insere nesse contexto. Depois, reflito sobre aproximações e distanciamentos entre os conceitos de antifeminismos, masculinismos e misoginia. Por fim, apresento características do pensamento antifeminista brasileiro atual, inserindo-o no espectro político da direita, apontando seus esforços para afastar o feminismo do cristianismo e construir um estereótipo da feminista.

Palavras-chave: antifeminismo; feminismo; Brasil.

Antifeminism in contemporary Brazil – between concepts and characteristics

Abstract: From a post-structuralist framework, the objective of this text is to discuss some concepts and characteristics present in the anti-feminist bibliographical production in contemporary Brazil, exposed in the books *Feminismo: perversão e subversão* and *Guia de bolso contra mentiras feministas*, both authored by Ana Caroline Campagnolo. First, I review how anti-feminist ideas circulated in Brazil with the popularization of social networks and how the publication of the books analyzed fit into this context. Afterwards, I reflect on similarities and distances between the concepts of antifeminism, masculinism and misogyny. Finally, I present characteristics of current Brazilian anti-feminist thought, inserting it into the right-wing political spectrum, pointing out its efforts to distance feminism from Christianity and construct a feminist stereotype.

Keywords: antifeminism; feminism; Brazil.

Antifeminismo en el Brasil contemporáneo: entre conceptos y características

Resumen: Desde un marco postestructuralista, el objetivo de este texto es discutir algunos conceptos y características presentes en la producción bibliográfica antifeminista en el Brasil contemporáneo, expuestos en los libros *Feminismo: perversão e subversão* y *Guia de bolso contra mentiras feministas*, ambos de Ana Caroline Campagnolo. Primero, reviso cómo circularon las ideas antifeministas en Brasil con la popularización de las redes sociales y cómo la publicación de los libros analizados encaja en este contexto. Posteriormente, reflexiono sobre similitudes y distancias entre los conceptos de antifeminismo, masculinismo y misoginia. Finalmente, presento características del pensamiento antifeminista brasileño actual, insertándolo en el espectro político de derecha, señalando sus esfuerzos por distanciar el feminismo del cristianismo y construir un estereotipo feminista.

Palabras clave: antifeminismo; feminismo; Brasil.

Introdução

No final do século XX, a historiadora francesa Christine Bard organizou uma coletânea de artigos que dissertam sobre os diferentes antifeminismos na França ao longo daquele século, o que originou o livro *Un siècle d'antiféminisme*.¹ A leitura dessa obra me provocou algumas reflexões acerca das narrativas antifeministas que circulam na atualidade do Brasil. Em outras palavras, muitas características dos antifeminismos que foram apontadas nesta obra aparecem com novas facetas na atualidade brasileira. Não pretendo, com este texto, apresentar uma definição estanque para o conceito de “antifeminismo”, no sentido de afirmar que “o antifeminismo” seja um só em qualquer espaço ou temporalidade. Mas, partindo das discussões propostas pelo filósofo Michel Foucault sobre os discursos, pretendo refletir sobre como as ideias antifeministas circulam, se repetem, ressurgem, fazem ecos em diferentes contextos.

Neste artigo, discuto alguns dos termos utilizados ao longo da história para dar nome à dominação masculina, considerando que “antifeminismo” é um deles. Mas a busca da origem das palavras ou o momento primeiro de seu uso carregam a ideia de que há sempre uma origem secreta por trás dos discursos. Foucault (1996) discorre sobre esse tema, afirmando que se assumimos que existe uma origem, pressupomos que os demais discursos que se sucedem são um contínuo de um anterior, e que este anterior, por sua vez, seria um *jamais-dito*.

Não há, de um lado, a categoria dada uma vez por todas, dos discursos fundamentais ou criadores; e, de outro, a massa daqueles que repetem, glosam e comentam. Muitos textos maiores se confundem e desaparecem, e, por vezes, comentários vêm tomar o primeiro lugar. [...] Sonho lírico de um discurso que renasce em cada um de seus pontos, absolutamente novo e inocente, e que reaparece sem cessar, em todo frescor, a partir das coisas, dos sentimentos ou dos pensamentos (Foucault, 1996, p. 23).

Nesse sentido, o objetivo é sublinhar algumas características do pensamento antifeminista brasileiro contemporâneo, apontando possíveis aproximações e distanciamentos entre este e outros conceitos, como “masculinismo” e “misoginia”. Em outras palavras, proponho uma abertura para ouvir os ecos que narrativas antifeministas na contemporaneidade evocam.

Para representar o pensamento antifeminista brasileiro atual, selecionei como fontes os livros de Ana Caroline Campagnolo (2019; 2021), *Feminismo: perversão e subversão* e *Guia de bolso contra mentiras feministas*. O conteúdo esboçado na produção de Campagnolo é mais amplo do que o recorte proposto neste artigo e traz diferentes possibilidades de análise (Karina Veiga Mottin, 2023). Com o objetivo de alargar a compreensão dos motivos que levaram a este recorte do pensamento antifeminista, na primeira parte do artigo faço um resgate de como ideias antifeministas circularam no Brasil com a popularização das redes sociais e como a publicação dos livros de Campagnolo se inserem nesse contexto. Na segunda parte deste trabalho, reflito sobre possíveis aproximações e distanciamentos entre os conceitos de antifeminismos, masculinismos e misoginia. Em seguida, apresento algumas das características do pensamento antifeminista brasileiro contemporâneo, inserindo-o ideologicamente no espectro político da direita, apontando seus esforços para afastar o feminismo do cristianismo e construir um estereótipo da feminista.

Como suporte teórico, este texto é construído a partir do pensamento feminista e pós-estruturalista. A forma com que compreendo as narrativas antifeministas é influenciada pelas reflexões propostas por Foucault, como já exposto. A obra organizada por Christine Bard (2000), mencionada no início desta introdução, deu suporte para a delimitação de algumas das características do pensamento antifeminista brasileiro contemporâneo. Além do texto da própria organizadora desta coletânea, outro produzido pela historiadora Michelle Perrot (2000) também foi empregado. Outras referências a pesquisas sobre o antifeminismo no Brasil foram incorporadas na construção deste texto; no entanto, não intento apresentar uma análise histórica sobre o antifeminismo brasileiro no século XIX ou XX. Apontar características de narrativas antifeministas que se repetem ou ressurgem na contemporaneidade não é o mesmo que afirmar que elas jamais teriam existido em épocas anteriores no Brasil. Pelo contrário, interessa observar como essas ideias se ajustam ao contexto presente, inseridas em complexas relações de poder que o momento produz. Ressalto ainda que a produção acadêmica sobre esse tema tem se expandido nos últimos anos – dado o crescimento do antifeminismo enquanto fenômeno social no Brasil contemporâneo –, o que demonstra as diversas possibilidades de pesquisas nesse campo.

Para concluir essa breve introdução, gostaria ainda de ressaltar o contexto político brasileiro em que a produção das fontes apresentadas se insere, pois, como afirma Foucault (1996, p. 26), “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. Entre 2003 e 2016, a presidência da República do Brasil foi exercida por representantes do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido reconhecidamente de esquerda no espectro político brasileiro. Primeiro por Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, e depois, por Dilma Rousseff, a primeira

¹ Neste texto utilizo a tradução em espanhol, *Un siglo de antifeminismo*, por Mabel Pérez-Serrano.

mulher a ser eleita para o cargo da presidência da República no Brasil, entre 2010 e 2016, quando sofreu um processo de impeachment que ficou conhecido como um golpe, pela falta de provas que sustentassem a acusação de crime de responsabilidade (Jorge Chaloub, 2023). Após o período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, sobretudo a partir de 2015, quando se articulava o golpe que tiraria a presidente Dilma Rousseff de seu cargo, houve uma reorganização de setores políticos conservadores, que garantiu o crescimento desse espectro político nos anos seguintes (Joanildo Burity, 2018).

Dado esse contexto, é importante frisar que discursos antigênero estavam se popularizando antes mesmo do golpe que depôs Dilma Rousseff. A década de 2000 foi marcada por avanços no que se refere ao reconhecimento por parte do Estado brasileiro de uma série de direitos das mulheres e da população LGBTI+, assim como de políticas de combate à violência de gênero. Maria Rita de Assis César e André de Macedo Duarte (2017) afirmam que a reação se esboçou em um processo de *pânico moral* em torno do “gênero”, iniciado com a rejeição do programa *Escola Sem Homofobia* pelo Congresso Nacional, em 2011, momento em que este ficou pejorativamente conhecido como “kit gay”. A partir desse ponto, a pauta antigênero ganhou força em outros momentos, como as campanhas contra a chamada “ideologia de gênero”, no contexto da aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014, e dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, em 2015 (Jasmine Moreira, 2016; Amanda da Silva, 2017; Mottin, 2019).

Nos anos seguintes a 2016, o vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer, assumiu o cargo de Chefe do Poder Executivo até a eleição de Jair Bolsonaro, que iniciou seu mandato em 2019 e ocupou o cargo da Presidência da República até 2022. O desenvolvimento do que apresento como “pensamento antifeminista” ocorre não apenas no contexto de ascensão de Jair Bolsonaro, mas, também, em consonância com o fenômeno do bolsonarismo, pois pautas antigênero, somadas ao combate ao “comunismo”, foram centrais para o crescimento da extrema direita no Brasil (Isabela Kalil, 2018).

Das redes sociais aos livros impressos: o antifeminismo no Brasil contemporâneo

O desenvolvimento de um pensamento ou de argumentos antifeministas no Brasil é paralelo ao desenvolvimento do feminismo. Onde há feministas, há antifeministas. Desde os primordiais usos dessa palavra, ferrenhos opositores alertavam para os ‘supostos’ perigos que a emancipação das mulheres poderia trazer para a sociedade. O medo de uma desordem do gênero era expresso no temor da “inversão” dos papéis sexuais e do abandono da família pelas mulheres. Argumentos antifeministas circularam nos meios de comunicação desde o período da luta sufragista, a partir do século XX, inserindo-se nos mais variados veículos de comunicação (Maria Bernardete Ramos Flores, 2004; Rachel Soihet, 2008).

Na virada do século XXI, com a popularização da internet, multiplicaram-se páginas feministas e, consequentemente, surgiram também as antifeministas. Do lado feminista, destaca-se o *blog* “Escreva Lola Escreva”, um dos primeiros a discutir temas feministas, fundado em 1998 e ativo até o presente. Mas foi principalmente na década de 2010 que questões feministas foram abordadas com maior intensidade em *blogs* como “Blogueiras Feministas” e “Cem Homens em Um Ano”, fundados respectivamente em 2010 e 2011 (Bruna A. F. Antunes, 2014).

A reação antifeminista também já se esboçava nessa época, com destaque para o *blog* “Mulheres Contra o Feminismo”, que foi fundado em 2012 e até o presente mantém postagens mais ou menos regulares.² No seu post inaugural, datado de 30 de maio de 2012, as(os) redatoras(es) se apresentaram enquanto um “grupo de mulheres”, embora os textos postados no *blog* não sejam assinados. O grupo anuncia que o seu propósito é divulgar “algo que as pessoas pensam não existir: mulheres que querem combater o feminismo. Algo que existe nos EUA e outros lugares do mundo e que também existe aqui no Brasil” (Mulheres contra o feminismo, 2012). Esse texto introdutório do *blog* é bastante certeiro em suas palavras: está apresentando um conteúdo que se inspira em produções estrangeiras (especialmente americana), mas traz para discussão questões e polêmicas que circulam no Brasil.³

No entanto, o conteúdo da página “Mulheres Contra o Feminismo” não pode ser considerado, por várias razões, uma produção teórica antifeminista. A primeira delas é o formato dos textos, que são curtos, recheados com imagens chamativas e editadas, sem reflexões teóricas ou referências bibliográficas. Em segundo lugar, as postagens destinam-se principalmente ao ataque a pessoas famosas que se declaram feministas ou a polêmicas que envolvem algum

² A página “Mulheres Contra o Feminismo” migrou para outras plataformas digitais como o *Instagram* e o *Facebook*, sendo este último o veículo comunicativo mais utilizado pela página nos últimos anos.

³ Cito dois exemplos de polêmicas que foram exploradas neste *blog*: o discurso sobre valorização do futebol feminino que a jogadora Marta fez após a eliminação do Brasil na Copa do Mundo feminina em junho de 2019; o alvoroço criado em torno do caso Johnny Deep X Amber Heard, em que o ator ganhou o processo contra a ex-esposa por difamação após ela expor que era vítima de violência doméstica. Tais postagens podem ser encontradas nas plataformas digitais citadas na nota 2.

tema dito feminista. Além disso, a linguagem utilizada é frequentemente chula e os textos, como já mencionado, não são assinados.

Apenas recentemente vimos a publicação de uma bibliografia impressa autodenominada “antifeminista” no Brasil, produzida por mulheres. Livros, autobiografias, cursos pagos e até congressos sobre o tema surgiram nos últimos anos. Antes disperso, isolado, o conteúdo antifeminista, que dependia de polêmicas ou de boas performances individuais para voltar à tona, passou a ocupar cada vez mais espaço na arena do debate conservador, surfando na onda do novo conservadorismo brasileiro. Por isso, o ano de 2018 pode ser considerado um ponto inicial relevante, pois questões envolvendo feminismo e gênero que já estavam sendo exploradas nos anos anteriores passaram a ganhar cada vez mais destaque, especialmente nas campanhas eleitorais para cargos dos poderes estaduais e federais.

Em agosto de 2018, no período de pré-campanha eleitoral, ocorreu o 1º Congresso Antifeminista do Brasil, na igreja de Sant’Ana, no Rio de Janeiro. Quem organizou o evento foi Sara Winter, que se autodenomina não apenas antifeminista, mas “ex-feminista”. Na ocasião, Sara era pré-candidata (posteriormente não eleita) ao cargo de deputada federal pelo Rio de Janeiro pelo partido Democratas (DEM). Dentre as palestrantes estavam a antifeminista Campagnolo que, na ocasião, também era pré-candidata (posteriormente eleita) ao cargo de deputada estadual no estado de Santa Catarina pelo Partido Social Liberal (PSL). Outro destaque do Congresso era Taís Azevedo, que se autodenomina antifeminista e anarcocapitalista, além de atuar produzindo conteúdos nas redes sociais sobre ambos os temas.

A realização de tal congresso parecia indicar que mulheres que atacavam os ideais feministas estavam encontrando maior espaço e adesão para as ideias por elas reproduzidas. Além disso, o resultado das eleições de 2018 de certa forma confirmou o crescimento de uma onda conservadora no Brasil, não apenas pela eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL) para a presidência da República, mas também porque se formou o Congresso Nacional mais conservador dos últimos quarenta anos (Antônio Augusto de Queiroz, 2018).

A partir deste período, houve notável proliferação de perfis em redes sociais que se dedicavam a atacar os feminismos e as feministas. Geralmente fomentando discursos de ódio, fazendo ataques pessoais a feministas ou endossando polêmicas levantadas na mídia, muitos desses perfis desapareciam com a mesma velocidade com que haviam surgido. Misturada ao conteúdo produzido nas redes sociais, também estava ocorrendo a produção “teórica” de um pensamento antifeminista brasileiro. Algumas mulheres antifeministas passaram a ter suas livrarias digitais e vender obras selecionadas e indicadas por elas mesmas,⁴ e livros autorais começaram a ser lançados. Em alguma medida, essa produção teórica servia de base para muitos dos perfis antifeministas menores, que ressoavam tais ideias. De 2019 a 2022 houve uma nítida profissionalização de alguns desses perfis, antes mais difusos e dispersos, mas, ao passar do tempo, cada vez mais alinhados e interligados (Mottin, 2023).

Um exemplo destes perfis é Ana Caroline Campagnolo, uma das organizadoras do 1º Congresso Antifeminista do Brasil. A antifeminista é professora de história e atualmente deputada estadual pelo estado de Santa Catarina (eleita em 2018 e reeleita em 2022). Fundou o “Clube Campagnolo” e o “Clube Antifeminista”, que são cursos com mais de um ano de duração que oferecem aulas e acompanhamento de leituras sobre temas que envolvem política, revolução, gênero e feminismo. Em 2022, a adesão ao primeiro clube custava a importância de R\$358,80, e R\$382,80 para o segundo (Mottin, 2023).

Campagnolo é autora de dois livros sobre antifeminismo, obras que são citadas com bastante frequência no meio conservador. Seu primeiro livro, *Feminismo: Perversão e Subversão*, foi lançado no início de 2019 e propõe uma “releitura” da história ou uma interpretação “alternativa” do feminismo, sob a lente antifeminista. Fazendo uma colcha de retalhos com obras e autoras que Campagnolo elegeu como principais representantes do feminismo, a obra se inicia com o que a autora chama de “protofeminismo” e segue a sequência das “ondas” feministas. O livro tem 377 páginas e está dividido em cinco capítulos (Campagnolo, 2019). No final de 2021 Campagnolo lançou seu segundo livro, *Guia de Bolso Contra Mentiras Feministas*. O livro tem 171 páginas e está dividido em quinze capítulos. Cada capítulo é escrito por pessoas diferentes, que abordam o tema de uma suposta mentira contada por feministas. Cinco dos capítulos foram escritos por Campagnolo e mais dois em coautoria com Catharine Caldeira e David Amato. Os outros foram escritos por Natália Sulman, Ricardo da Costa, Cristiane Corrêa, Ana Derosa e Marlon Derosa, Isaque Miranda, Chris Tonietto, Lara Brenner e Fernando Pestana (Campagnolo, 2021).

⁴ Por exemplo, nas redes sociais de Cris Corrêa e Mariana Brito podemos observar essa comercialização. Cris Corrêa – se apresenta como autora da linha de estudos: “Não Existe Feminista Cristã” e oferece três possibilidades de cursos on-line pagos, sobre “A Origem – 8 de março”, “Treinamento: como estudar o feminismo – 3 bases para entender a verdade sobre o movimento”, “Grupo de Estudos Não Existe Feminista Cristã”; Mariana Brito – se apresenta como jornalista e analista política, oferece algumas possibilidades de cursos on-line pagos, como “Desconstruindo o Feminismo” e “Clube de Leitura Mariana Brito”.

Ambos os livros de Campagnolo, *Feminismo: perversão e subversão* e *Guia de bolso contra mentiras feministas*,⁵ são as fontes utilizadas para a produção deste texto, pois têm como tema central a contestação ao feminismo, tanto no campo político quanto teórico. Campagnolo se propõe, com estas publicações, a oferecer uma “base teórica” para suas(seus) leitoras(es), especialmente a primeira publicação, que é completamente de sua autoria e notavelmente mais robusta. Nesta, as referências citadas com mais frequência vão desde autores mais antigos que abordam assuntos que extrapolam o antifeminismo, como o escritor inglês G. K. Chesterton (*O que há de errado com o mundo*, de 1910, e *A superstição do divórcio*, de 1920), até obras mais recentes e específicas sobre antifeminismo, como as do historiador e teórico militar israelense Martin Van Creveld (*O sexo privilegiado*, de 2013), do escritor americano Warren Farrel (*The myth of male power*, de 1993) e das antifeministas americanas Suzanne Venker e Phyllis Schlafly (*O outro lado do feminismo*, de 2011). No entanto, em suas obras são comuns citações de textos jornalísticos, sobretudo os que são veiculados em sites conservadores e de viés religioso, que produzem notícias notadamente sensacionalistas e muitas vezes distorcidas ou falsas.⁶

O fato de estes dois livros serem selecionados como representantes do pensamento antifeminista brasileiro contemporâneo não significa que não exista nada anterior a eles. Existem livros que foram produzidos por brasileiras(os) e que abordaram temas antifeministas, por exemplo, os livros da psicóloga cristã Marisa Lobo sobre a chamada “ideologia de gênero”, tais como *Ideologia de Gênero na Educação* (2011), publicado pela editora Marisa Lobo Ministério e *Famílias em Perigo* (2016), publicado pela Central Gospel. Mas essas obras não abordam o antifeminismo como um todo, elas se debruçam sobre este tema específico. Marisa Lobo é citada por Campagnolo (2019), assim como Felipe Nery e seu livro *Gênero: ferramenta de desconstrução da identidade* (2016). Vale ainda destacar o brasileiro Sócrates Nolasco, pois é citado nas fontes analisadas como referência teórica antifeminista. Os livros *De Tarzan a Homer Simpson* (2001), fruto da tese de doutorado em Psicologia pela PUC – RIO, e *O primeiro sexo e outras mentiras sobre o segundo* (2006), discutem questões específicas sobre masculinidade e não abordam o feminismo como tema central.

Existem também textos biográficos de mulheres que se destacaram na cena antifeminista dos últimos anos. É o caso da antifeminista Sara Winter, pseudônimo de Sara Fernanda Giromini, que publicou o livro *Vadia, não! – Sete vezes que fui traída pelo feminismo* (2015), disponível na internet. Também, Damares Alves, pastora evangélica que foi Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos entre 2019 e 2022, lançou em 2022 o livro intitulado *Tudo Começa na Infância*. A obra foi publicada pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) e mistura relatos autobiográficos com opinião da autora sobre temas que envolvem infância, adolescência e direitos humanos. Estes textos não possuem um caráter teórico sobre antifeminismo, pois adotam o formato de relato pessoal e por vezes fogem da temática do feminismo.

Vale ressaltar que as obras de Campagnolo diferenciam-se das demais citadas por terem como tema central o antifeminismo como um todo, pretendendo questionar a história e pautas que historicamente são reconhecidas como feministas. Na introdução de *Feminismo: perversão e subversão*, a autora afirma que sua obra é “talvez a primeira publicação brasileira com pretensões tão diretamente contrárias ao feminismo” (Campagnolo, 2019, p. 33). Na próxima seção procuro delimitar de que forma o antifeminismo exposto nas obras de Campagnolo se aproxima ou se distancia de outros termos também conhecidos para expressar a oposição ao feminismo, a saber, masculinismo e misoginia.

Aproximações e distanciamentos entre antifeminismos, masculinismos e misoginia

Já faz mais de um século que as feministas lutam para criar um termo que coloque nome à dominação masculina. Essa consideração, feita pela historiadora Bard (2000), demonstra a centralidade que a linguagem ocupa na luta feminista. É preciso nomear aquilo que se pretende combater. Se o enfrentamento ocorre no campo da linguagem, comecemos pelas palavras que circularam com mais frequência ao longo da história para dar nome ao que se opõe à luta das mulheres por emancipação e igualdade.

O primeiro termo proposto pelas feministas foi “masculinismo”, e seu uso referia-se a algo mais geral e abrangente do que “patriarcado”, pois este era utilizado com conotações exclusivamente religiosas. O sentido que atualmente atribuímos à palavra patriarcado, ou seja,

⁵ Do livro *Guia de bolso contra mentiras feministas* utilizo os textos de autoria de Campagnolo, pois alguns argumentos explorados por Campagnolo se repetem em ambos os livros.

⁶ Campagnolo (2019) usa em seu livro uma notícia já conhecida como falsa, de uma suposta líder feminista, chamada Helena Ramirez, que teria dito em um programa de TV brasileiro que as mulheres não deveriam “fazer sexo de quatro”, pois essa posição as colocaria em desigualdade com o homem. Helena Ramirez não existe, essa notícia foi produzida por um site de humor em 2011. Essa notícia já circulou com diferentes imagens “ilustrando” a suposta Helena Ramirez, como a radialista britânica Anne Diamond e até mesmo a atriz brasileira Vera Fisher, podendo ser facilmente encontrada em portais que publicizam notícias falsas, como o E-farsas.

“sistema social segundo o qual os homens estão no centro, como chefes de família, na vida social e política, na transmissão de valores patrimoniais pelo lado paterno” (Dicionário Online de Português, 2022), começa a aparecer nos dicionários apenas nos anos de 1970. Os(as) antifeministas eram então chamados(as) de masculinistas (Bard, 2000). Atualmente, o que conhecemos como masculinismo segue uma trilha antifeminista, mas convém tecer algumas considerações sobre esse movimento, a fim de observarmos alguns pontos em que ele se aproxima ou se afasta do antifeminismo que está em análise neste texto.

O sociólogo Lenin Bicudo Bárbara (2018, p. 473) afirma que:

Para resumir ao máximo, podemos dizer que um masculinista típico acredita que vivemos em um mundo que gira ao redor das mulheres – uma ginocracia, para usar o termo empregado por muitos masculinistas –, no qual a própria masculinidade está em crise. [...] muitos masculinistas são explícitos em propor que as mulheres em geral, e as feministas em particular, seriam as culpadas pelos problemas que presentemente afetam os homens.

Em outras palavras, as mulheres são sempre as vilãs da história: se um homem é acusado de estupro ou qualquer forma de violência e/ou discriminação de gênero, a acusação é falsa; se a relação com os filhos é ruim após um divórcio, é por causa da alienação parental feita pela mãe; se um homem não consegue ter uma namorada ou esposa, é porque as mulheres apenas se interessam por homens bonitos ou ricos, e assim por diante. Na visão masculinista, as coisas vão mal no mundo porque as mulheres deixaram de cumprir a sua função tradicional na sociedade. O que significa esse papel “tradicional” da mulher não é um consenso entre masculinistas, mas em geral predomina a ideia de que a mulher deveria ser leal para com o homem e cumprir a sua função de boa mãe e esposa (Bárbara, 2018).

Existem pontos de convergência entre masculinistas e o antifeminismo brasileiro contemporâneo. Algumas “teorias” são compartilhadas, por exemplo, aquela que coloca o homem como o *verdadeiro* “segundo sexo” (Bárbara, 2018), expressão que faz alusão ao livro de Simone de Beauvoir (2016). Nessa concepção, os homens é que seriam de fato oprimidos e dominados pelas mulheres. Essa ideia é expressa na obra de Campagnolo (2019), que dedica um subcapítulo, “O esquecimento do primeiro sexo”, a desenvolver o argumento de que a vida dos homens tem um valor socialmente inferior às vidas das mulheres e das crianças, apoiando-se na máxima “mulheres e crianças primeiro”. A autora argumenta que “o homem é o primeiro sexo apenas ontologicamente – ou quando se trata de ir à guerra, trabalhar, ser punido, preso, escravizado ou qualquer outra mazela” (Campagnolo, 2019, p. 339).

Apesar das convergências, são significativas as diferenças entre o masculinismo e o antifeminismo aqui analisado. O público para quem se fala é diferente, masculinistas falam para homens e as narrativas antifeministas são dirigidas, principalmente, às mulheres e jovens: “Escrevo para toda moça enganada e desiludida com o pensamento revolucionário, para as feministas que o são por conveniência ou, quem sabe, inocência” (Campagnolo, 2019, p. 32), “dedico este guia de bolso a todos os jovens e adolescentes brasileiros” (Campagnolo, 2021, p. 12).

A intensidade com que os conceitos são “aplicados” à realidade também se difere do masculinismo. Por exemplo, com relação à “cultura da falsa acusação de estupro”, para utilizar as palavras de Campagnolo, os masculinistas chegam a defender que qualquer acusação deve ser descartada, visto que na perspectiva deles é impossível a comprovação desse ato (Bárbara, 2018). Antifeministas, por outro lado, irão aceitar que o estupro existe e é um problema, mas ele é relativizado de outras formas. O argumento de que mulheres podem inventar abusos por diferentes razões é um exemplo, pois sugere que todas as denúncias são suspeitas, pois *apenas* a palavra da mulher denunciante não seria suficiente:

mulheres também têm mentido sobre estupro por terem alguma doença mental, porque o sexo foi ruim, para se vingar de alguém, para deixar o namorado com ciúmes, apenas para conseguir atenção e até mesmo porque reprovaram em algum teste importante (Campagnolo, 2019, p. 361).

Ainda que o conteúdo propagado por ambos masculinistas e antifeministas seja violento, as narrativas antifeministas parecem ser mais sutis do que as masculinistas. Elas frequentemente reconhecem que o problema existe (estupro, violência contra as mulheres, desigualdade salarial etc.), mas, em seguida, desvalidam os esforços das mulheres que lutam para denunciar e combater essas questões, usando argumentos que minimizam os problemas ou transferem a “culpa” para as próprias mulheres.

Definido porque masculinistas não são mais sinônimo de antifeminismo ou não são mais os únicos “donos” do antifeminismo, voltemos ao leque de palavras utilizadas pelas feministas para dar nome à dominação masculina. Na década de 1970, o vocabulário de denúncia foi ampliado. Três tipos de comportamento passaram a ser diferenciados: “machismo” refere-se a um comportamento que pressupõe superioridade do macho; “falocracia” aponta a dominação social, cultural e simbólica exercida pelos homens; “sexismo” denomina uma atitude

discriminatória contra o sexo oposto. Além dos termos que nomeiam comportamentos, Bard (2000) aponta aqueles que se referem à oposição ao feminismo: “antifeminismo” é utilizado para definir a oposição à emancipação da mulher; “misoginia” significa rancor ou desprezo pelas mulheres e suas reivindicações; “ginecofobia” refere-se a um medo patológico das mulheres. No Brasil, este último termo parece ter uma circulação mais restrita, enquanto os primeiros, antifeminismo e misoginia, frequentemente se misturam.

Os antifeminismos, de modo genérico, têm estreita relação com a misoginia, pois ambos têm como base o desprezo pelo feminismo, em específico, e para com as mulheres ou ao “feminino”, de maneira geral. Perrot (2000) pontua que o antifeminismo é diferente da misoginia, embora às vezes apresente os mesmos meios de ação. As formas de representação das mulheres envolvendo estereótipos e caricaturas são alguns exemplos. Mas os antifeminismos tendem a ser mais racionais, oportunistas, pois se ajustam melhor a diferentes contextos e circunstâncias. Antifeministas em geral preferem fazer insinuações, deixar implícita alguma suspeita, utilizar a agressividade, censurar ou acusar com injúrias (Perrot, 2000). Ainda que o antifeminismo brasileiro contemporâneo tenha mulheres como protagonistas na disseminação de suas ideias, é possível observar que a misoginia está na base desse pensamento. Ela é expressa, por exemplo, na insistência em retratar as outras mulheres como “naturalmente” fúteis, promíscuas, gananciosas por dinheiro e poder, dentre outros estereótipos.

A exemplo disso, Campagnolo questiona a capacidade das mulheres em alcançar os mesmos níveis de “excelência” dos homens no campo educacional ou profissional. O argumento é que quando aumentam as exigências, as mulheres “desistem” ou migram para áreas que a autora considera mais “fáceis”, como as ciências humanas. Em sua justificativa, a autora afirma:

Não pretendo demonstrar que todas as mulheres são incapazes de chegar ao mesmo patamar intelectual dos homens, mas tenho minhas dúvidas quanto a se a grande maioria delas está mesmo disposta a grandes sacrifícios por uma vida intelectual – e profissional – de destaque. Obviamente, é uma generalização que tem suas exceções. Mas ainda é, em nossos dias, uma generalização bastante razoável (Campagnolo, 2019, p. 60).

Na sua concepção, a inferioridade das mulheres no campo profissional, expressa na persistente desigualdade salarial entre os gêneros, é decorrente de uma futilidade que é expressão de uma suposta característica “natural” do feminino, pois, segundo Campagnolo (2019, p. 72), “apesar de todas as barreiras educacionais terem sido removidas e a *internet* ter facilitado o acesso ao conhecimento, aos livros e até a videoaulas gratuitas, o advento das redes sociais, como se vê, só aumentou a preocupação das mulheres com a própria aparência”.

A crença na inferioridade intelectual e na menor capacidade profissional das mulheres que, como observado, é recorrente nos antifeminismos, pode se expressar de diferentes formas e em diferentes áreas. Das piadas que ouvimos no nosso cotidiano depreciando as mulheres à deposição de uma presidenta, os ideais antifeministas estão presentes.⁷

A ciência médica do século XVIII apresenta a mulher a partir de crenças sobre sua natureza. Sua função é limitada à reprodução. A ideia de que a mulher seria biológica e psicologicamente inferior, base de teorias do século XIX, é conseqüentemente admitida no século XX, como aponta Bard (2000). No entanto, a historiadora afirma que o antifeminismo moderno nem sempre se apoia nessa definição naturalista do sexo, insistindo também nas diferenças culturais. Os antifeminismos na cultura se adaptam aos novos tempos, surgem com novas facetas, reafirmando características e papéis a partir da lógica binária de oposição feminino X masculino. Os ideais antifeministas podem se expressar em diferentes campos, como na indústria cultural, no mercado de trabalho, na política, e assim por diante. Na política, há uma convergência de valores entre os antifeminismos, os cristãos e o campo da direita, como veremos na sequência.

A direita, o cristianismo e o estereótipo da feminista

O antifeminismo está presente na esquerda e na direita do espectro político. Desde as suas origens o feminismo está associado à esquerda e por isso a ele é atribuída uma força subversiva e perigosa para a ordem estabelecida. Porém, isso não significa que o antifeminismo não esteve (ou não está) presente em movimentos de esquerda. Mas apesar de sua aparição em diferentes espectros políticos, o antifeminismo de direita mostra-se mais incisivo, expressando-se com mais agressividade, pois seus valores estão baseados em uma visão hierarquizada dos sexos. O antifeminismo propõe uma defesa de interesses não apenas individuais, mas também

⁷ Joanna Burigo, em um artigo intitulado “Em meio à crise, o patriarcado contra-ataca”, publicado na revista Carta Capital em 2016, considera que a votação para a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 foi “indubitavelmente patriarcal”. “Uma maioria esmagadora de homens brancos, ricos e (ao menos declaradamente) heterossexuais” votou pelo afastamento de Dilma em nome “da família” e “de Deus”. Nas suas palavras “a proporção de homens e mulheres na sessão, aliada aos valores explicitados nas justificativas, acabou por nos oferecer o espetáculo da transmissão do patriarcado, ao vivo e em rede nacional. (...) Um dos deputados chegou a declarar o seguinte: ‘Para me reencontrar com a História, voto sim’. Esta fala é muito significativa quando o presidente é uma presidenta.”

coletivos, defendendo não apenas a posição de superioridade dos homens em relação às mulheres, mas também “à família”, “à nação” e “ao Ocidente”.

Bard (2000, p. 33, tradução nossa) observa que durante o século XX, na França, “o antifeminismo de extrema direita, estimulado pelo medo da decadência e pelo desejo de uma nova ordem – em que cada sexo ocupe o seu lugar –, recriminará violentamente o feminismo, desde finais do século XIX”.⁸ Convergindo com ideais cristãos, essa visão faz ecos no presente contexto brasileiro, quando o feminismo é relacionado à ideia de decadência moral, corrosão dos “costumes” que seriam a base da “família” e da “civilização”. Nas palavras de Campagnolo (2021, p. 120), “o feminismo é anticivilizacional”.

Ainda assim, a relação entre a direita, o cristianismo e o antifeminismo não é absoluta. Uma observação um pouco mais atenta nos mostrará que a direita e setores católicos podem aceitar algumas das reivindicações feministas e inclusive dar a elas suporte. Um exemplo atual são organizações religiosas que atuam em prol de pautas feministas, como *Católicas pelo Direito de Decidir* e *Evangélicas pela Igualdade de Gênero* (Católicas pelo direito de decidir, 2020; Evangélicas pela igualdade de gênero, 2015). Daí podem surgir as divisões entre o feminismo “bom”, apoiador de causas “legítimas” e coerentes com ideais religiosos, e o feminismo “mau”, aquele que seria responsável pela corrupção moral e todos os outros males que derivam disso. Esse tipo de oposição é feito desde as discussões sobre o sufrágio e está relacionado à definição de limites para a luta das mulheres (Carolina Langnor e Sousa Lisboa, 2017). Dito de outra forma, essa posição é uma tentativa de delimitar o que as mulheres podem ou não podem desejar para si em termos de liberdade e autonomia.

Para as fontes antifeministas brasileiras contemporâneas analisadas neste texto, não existe feminismo “bom” e por isso há uma crítica incisiva às chamadas feministas cristãs. Na perspectiva defendida por Campagnolo, o feminismo *sempre* foi anticristão:

Mesmo nos primeiros passos da primeira onda, as líderes do movimento começam a revelar seu caráter anticristão, aquele que é marca indelével do feminismo ao lado da própria revolução sexual (Campagnolo, 2019, p. 85).

[...]

A escritora Carolyn [Carolyn McCulley, em *Feminilidade radical: fé feminina em um mundo feminista*] compreendeu perfeitamente o que falta a muitas conservadoras que insistem em dividir o movimento feminista em boas e más propostas. O que define o movimento feminista é o seu alvo, seu objetivo declarado, e não os métodos que aparentemente tocam em justas reivindicações. Seu alvo sempre foi anticristão (Campagnolo, 2019, p. 86).

Outro posicionamento comum nos antifeminismos observados por Bard (2000), presentes no espectro político da direita e nos meios religiosos que frequentemente estão àqueles associados, é aquele que se coloca no papel de “verdadeiro” feminista, pois seria o “guardião” do papel sublime da mulher, se opondo à influência nefasta das emancipadas. Este é outro ponto que se faz presente na atualidade. Em diferentes momentos do livro *Feminismo: perversão e subversão*, Campagnolo (2019) afirma que os religiosos são os *verdadeiros* defensores das mulheres. Ao escrever sobre a luta sufragista, a autora afirma que eles foram mais empáticos à causa das mulheres do que o Estado ou do que “esquerdistas”.

Wollstonecraft causava mais escândalo entre a nobreza e a alta burguesia do que entre os religiosos – sempre sensíveis ao drama humano, diferentemente do que o Estado é capaz de ser. Aliás, o espírito revolucionário e esquerdista não teve nem uma pequena parcela da empatia que os religiosos tinham pela verdadeira dignidade feminina (Campagnolo, 2019, p. 39-40).

O fato de Olympe de Gouges, a feminista francesa que publicou a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã no final do século XVIII, ter sido guilhotinada pelos jacobinos da Revolução Francesa seria a prova disso. Em oposição, segundo Campagnolo, a Igreja protegia as mulheres:

É importante lembrar que as primeiras mulheres que conseguiram vez e voz para manifestarem-se publicamente sobre as queixas femininas, o fizeram sob a tutela e proteção dos religiosos cristãos, tanto na França do século XVIII quanto na América do século XIX (Campagnolo, 2019, p. 39).

Seguindo essa linha de pensamento, o argumento defendido é de que o feminismo não “defende” ou “protege” as mulheres, pois suas pautas levariam à ruína, à destruição. O antifeminismo deposita sobre as feministas a responsabilidade por todos os males que acometem as mulheres: a infelicidade, a solidão, a pobreza (ou a piora no padrão econômico), o aumento da violência. O divórcio, por exemplo, frequentemente é considerado por antifeministas enquanto causador da queda no padrão de vida das mulheres e seus filhos (Susan Faludi, 2001). De qualquer forma, a

⁸ No original: *Así el antifeminismo de extrema derecha espoleado por el miedo de la decadencia y el deseo de un orden nuevo – en el que cada sexo ocupe su lugar –, recriminará violentamente al feminismo, desde finales del siglo XIX.*

infelicidade é dada como certa: “o divórcio, defendido e propagado pelo movimento feminista, elogiado como porta de libertação e acesso à felicidade, muito raramente traz contentamento aos envolvidos”, afirma Campagnolo (2019, p. 48). Para o antifeminismo, a consequência da luta do movimento feminista é que “a insatisfação feminina tem aumentado a cada década, tanto quanto à realização pessoal quanto aos relacionamentos” (Campagnolo, 2019, p. 48).

Nesse sentido, os antifeminismos, grosso modo, evocam uma série de estereótipos em torno da imagem e do comportamento da feminista. Escrevo a feminista no singular, pois há um esforço em criar uma imagem única da feminista. Essa característica está presente nos antifeminismos descritos por Bard (2000) e Perrot (2000), assim como no antifeminismo brasileiro contemporâneo.

No esforço em criar um estereótipo da feminista, a aparência é objeto privilegiado. A maquiagem, a roupa, o próprio corpo, a idade, a voz, os cabelos, os gestos. As mulheres são analisadas em detalhes. Perrot (2000) afirma que as imagens da “feminista” que circularam durante o século XX eram as de mãe castradora, mulheres infiéis e sedutoras que roubam o papel dos homens, lésbicas masculinizadas. As mulheres de vida pública foram tidas como histéricas e mais tarde as intelectuais como míopes (uma vez que não teriam capacidade para ver ou compreender coisas que são “óbvias”), além de malvestidas ou celibatárias. As feministas também foram consideradas aquelas que eram contra a galanteria, afinal, seriam feias e frustradas e por isso desejariam acabar com “o amor”. O pensamento de Campagnolo (2019, p. 357) converge com essas análises, pois a autora defende que o que as feministas chamam de assédio é apenas uma “tentativa” masculina, uma investida malsucedida. Na sua perspectiva, as feministas exageram e com isso provocam “o enterro do jogo da conquista”.

Um clichê leva a outro, e se as feministas denunciam o assédio e caso não queiram os homens é porque são lésbicas. Contra as lésbicas há uma série de preconceitos, pois, como afirma Bard (2000, p. 32), elas “são aquelas feministas que põem em dúvida seu único destino”, aquele que enxerga a mulher como uma reprodutora. Antifeminismo e lesbofobia andam juntos. Todas essas imagens vemos presente no antifeminismo que está em análise neste artigo.

Na construção de uma imagem negativa do feminismo, o uso dos chamados “bodes expiatórios”, como aponta Perrot (2000), é fundamental. A historiadora oferece alguns exemplos para demonstrar como as feministas são muitas vezes retratadas ao longo do século XX na França como péssimas mães, que abandonaram suas famílias, são rancorosas, e, sobretudo, são acusadas de terem grande afeição pelo dinheiro e desejo pelo poder. Por essa razão, são acusadas de traição para com seus amigos e ideais.

O antifeminismo brasileiro atual também apresenta seus “bodes expiatórios”. No entanto, não há uma invenção de “personagens” brasileiras, mas a repetição de feministas que foram alvo de antifeminismos no contexto europeu ou americano: Mary Wollstonecraft, Elisabeth Cady Stanton, Virginia Woolf, Alexandra Kollontai, Margaret Sanger, Simone de Beauvoir e Betty Friedan são os nomes mais frequentes. Essas mulheres são “analisadas” para além de suas obras teóricas, são pintadas como mulheres temperamentais, desequilibradas, frustradas, infelizes, promíscuas, pervertidas e perversas ou, no melhor dos casos, confusas. Em uma nota de rodapé, Campagnolo expressa o desejo de não atacar pessoalmente as feministas, mas em seguida explica por que isso é “relevante” na construção do argumento antifeminista:

Reservei um pequeno trecho neste subcapítulo para discorrer sobre as escolhas de vida de Mary [Wollstonecraft], depois de ter escrito inúmeros subcapítulos (ver capítulo primeiro [do livro *Feminismo: perversão e subversão*]) que discorrem exclusivamente sobre sua produção intelectual. Isso para que não seja acusada de sobrepujar as imoralidades da vida privada sobre o conteúdo da obra. Por outro lado, não poderia deixar de navegar por esses turbulentos mares sem correr o risco de que Wollstonecraft seja retirada da lista de mulheres feministas e libertinas. Ela era verdadeiramente feminista em virtude da vida que teve, das escolhas que fez (Campagnolo, 2019, p. 328).

Para a autora, uma “verdadeira” feminista é pervertida de alguma forma, e a exposição destas questões é central na ideologia antifeminista. É notável o esforço em apresentar “a feminista” enquanto uma caricatura, relacionada a algo negativo, destruidor, e por que não, demoníaco. Por isso, para o antifeminismo que é expresso no espectro político da direita, defensor de valores cristãos, no qual Campagnolo se insere, o feminismo é incompatível com o cristianismo.

Considerações finais

Pretendi demonstrar ao longo deste texto como o antifeminismo brasileiro contemporâneo, expresso nas publicações de Campagnolo, ressoa características de outros antifeminismos, como aqueles descritos por Bard (2000) e Perrot (2000) dentro do contexto francês do século XX. A peculiaridade deste antifeminismo brasileiro está no contexto em que ele se insere, dada a proporção que as pautas antifeministas e antigênero tomaram nos últimos anos na política brasileira; não é acaso que a própria autora dos livros analisados está em seu segundo mandato como deputada estadual. Os efeitos produzidos por esses discursos são vastos, desde derrotas

legislativas no campo progressista da política até o aumento da violência contra mulheres e pessoas LGBTI+.

Em um texto publicado em 2003, Constância Lima Duarte faz uma reflexão sobre os avanços conquistados pelo feminismo durante o século XX. Ela afirma que, de fato, o feminismo alcançou vitórias que há algumas décadas pareciam sonhos distantes: “suas bandeiras mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher frequentar universidade, escolher profissão, receber salários iguais, candidatar-se ao cargo que quiser...” (Duarte, 2003, p. 196). Ainda que o preconceito crie barreiras complexas para a efetivação plena da igualdade, os avanços no campo do direito são inegáveis. Mas, ao mesmo tempo, a autora observa que o preconceito que envolve a palavra *feminismo* era a grande derrota da luta feminista. Passado um quarto do século XXI, podemos afirmar que esta derrota tem se atualizado em preconceitos recorrentes contra os feminismos, que se ajustam a novos contextos. Mesmo defendendo ideais feministas, muitas mulheres continuam hesitando em se autodenominar ‘feminista’.

O antifeminismo apresenta-se nesta disputa narrativa sobre as mulheres quando pretende “reescrever” a história das conquistas femininas, quando afirma que os homens ou os religiosos são os *verdadeiros* protetores das mulheres, quando alimenta os estereótipos que envolvem a figura da “feminista”. Intentei demonstrar que o antifeminismo analisado neste texto, apesar de se inserir num contexto de reação às conquistas de movimentos sociais, não é um movimento, não une pessoas em torno de uma causa única, mas é simultaneamente um aglutinador e dispersor de ideais. Ao se propor a destruir pautas feministas, ele busca restaurar o papel idílico da mulher em uma sociedade do passado, na qual supostamente tudo funcionava em harmonia, uma ordem perdida, em que os dois gêneros (e apenas dois) tinham suas funções bem delimitadas e as cumpriam com resignação e contentamento. Tal objetivo não está escondido nas entrelinhas; pelo contrário, está bem explicitado nas obras de Campagnolo.

Parece, portanto, fundamental que possamos provocar rasgos, apontar furos, desnaturalizar narrativas que circulam desde os primórdios da luta feminista, apenas com novas roupagens, sob novos contextos.

Referências

ANTUNES, Bruna A. F. *Crítica de mídia feminista na web: uma análise sobre os blogs Cem Homens, Escreva Lola Escreva e Blogueiras Feministas*. 2014. Trabalho de conclusão de curso – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Comunicação Social: Jornalismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

BÁRBARA, Lenin Bicudo. *Investigações sobre a ignorância humana*. 2018. Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

BARD, Christine. “Para una historia de los antifeminismos”. In: BARD, Christine (Org.). *Un siglo de antifeminismo: el largo camino de la emancipación de la mujer*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p. 25-39.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BURITY, Joanildo. “A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?”. In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. *Feminismo: perversão e subversão*. Campinas: Vide, 2019.

CAMPAGNOLO, Ana Carolin. (Org.). *Guia de bolso contra mentiras feministas*. Campinas: Vide, 2021.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. *Sobre nós*. São Paulo, 2020. Disponível em <https://catolicas.org.br>. Acesso em 28/05/2025.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. “Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios”. *Educar em Revista*, v. 33, n. 66, p. 141-155, 2017.

CHALOUN, Jorge. “O golpe de 2016 e as saídas para as tragédias do presente”. *Carta Capital*, 29/01/2023. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/artigo/ainda-o-golpe/>. Acesso em 08/05/2023.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Patriarcado. “DICIO”. In: *Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em <https://www.dicio.com.br/patriarcado/>. Acesso em 04/03/2025.

DUARTE, Constância Lima. "Feminismo e literatura: discurso e história". *O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira*, v. 9, p. 195-219, 2003.

EVANGÉLICAS PELA IGUALDADE DE GÊNERO. *Sobre a EIG*. São Paulo, 2015. Disponível em <https://mulhereseig.wordpress.com>. Acesso em 28/05/2025.

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. "O pensamento antifeminista: a querela dos sexos". *História Revista*, v. 9, n. 2, p. 4, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

KALIL, Isabela Oliveira (Coord.). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

LISBOA, Carolina Langnor e Sousa. *Novos feminismos: perspectivas sobre o movimento estudantil feminista na universidade federal do Paraná*. 2017. Mestrado em Educação – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

MOREIRA, Jasmine. *Janelas fechadas: o percurso da pauta LGBT no PNE 2014*. 2016. Mestrado em Educação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

MOTTIN, Karina Veiga. *A "ideologia de gênero" através das narrativas da Assembleia Legislativa do Paraná: o caso do Plano Estadual de Educação*. 2019. Mestrado em Educação – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

MOTTIN, Karina Veiga. *O pensamento antifeminista brasileiro e seus impactos na educação*. 2023. Doutorado em Educação – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

MULHERES CONTRA O FEMINISMO. "Primeiro post sobre nós, mulheres contra o feminismo". *Mulheres Contra o Feminismo*, 2012. Disponível em <https://mulherescontraofeminismo.wordpress.com/2012/05/>. Acesso em 23/06/2022.

PERROT, Michelle. "Prefacio". In: BARD, Christine (Org.). *Un siglo de antifeminismo: el largo camino de la emancipación de la mujer*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. p. 11-23.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. "O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos". *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2018. Disponível em <https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>. Acesso em 04/03/2025.

SILVA, Amanda da. *Da ideologia de gênero à família heteronormativa: uma análise do Plano Municipal de Educação de Curitiba*. 2017. Mestrado em Educação – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

SOIHET, Rachel. "Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?". *Estudos de Sociologia*, v. 13, n. 24, 2008. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/875>. Acesso em 07/10/2025.

Karina Veiga Mottin (karina.mottin@unespar.edu.br; karimottin@gmail.com) é historiadora, pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Centro de Educação em Direitos Humanos na Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Pesquisadora do Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação (CNPq/UFPR).

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

MOTTIN, Karina Veiga. "Antifeminismo no Brasil contemporâneo: entre conceitos e características". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 1, e109484, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Não informado o uso de dados, não utilizou dados de pesquisa.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 24/10/2025
Aceito em 25/10/2025

EDITORA RESPONSÁVEL

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112

EDITORA CIENTÍFICA

Joana Maria Pedro  0000-0001-5690-4859

